17:10 100%

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Caixeiro-viajante

O governador de SP, Tarcísio de Freitas (Republicanos), programou um road show pela Europa entre 5 e 9 de fevereiro para mostrar a potenciais investidores a carteira de leilões de privatização e concessão previstos pelo estado. No total, são 44 programados para os próximos anos, sendo 13 em 2024. As joias da coroa são o trem entre SP e Campinas, com leilão marcado para 29 de fevereiro, e a venda da Sabesp. A viagem passará por Madri (Espanha), Milão (Itália) e Paris (França).

BANDEIRA Também estão na lista a privatização da Emae, rodovias e construção de escolas por PPP. A carteira conta com mais de R$ 220 bilhões em investimentos privados projetados. Tarcísio vem buscando fazer das privatizações e concessões uma das principais marcas do seu governo.

CLOSE O presidente da Câmara de SP, Milton Leite (União Brasil), enviou nesta segunda (22) para a Arquidiocese de SP e o Ministério Público estadual vídeo que supostamente mostraria o padre Júlio Lancellotti. O material foi obtido pelo vereador Rubinho Nunes (União Brasil), autor de um pedido de CPI para investigar ONGs que atuam na cracolândia e teria o religioso como um dos alvos. Sem autenticidade comprovada, retrata um homem se masturbando.

FAKE Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado do pároco, afirma que o vídeo é uma montagem e que fica aliviado com o fato de que tenha sido enviado ao Ministério Público, a instância adequada para tratar da questão sem interferência política, diferentemente da CPI e do Legislativo paulistano.

REFORÇO Ex-presidente do diretório municipal do PSDB de SP, Orlando Faria será um dos coordenadores políticos da campanha de Tabata Amaral (PSB-SP) na disputa pela Prefeitura. Ele entregou o comando tucano na capital neste domingo (21), diante de incômodo com movimentação para que o partido apoie a reeleição de Ricardo Nunes (MDB), cuja gestão reprova. Próximo de Bruno Covas, que morreu em 2021, Faria foi secretário municipal da Casa Civil, de Turismo e da Habitação.

REVIRAVOLTA 1 Demitido há dois meses pela então secretária de Relações Internacionais da Prefeitura de SP, Marta Suplicy, seu ex-chefe de gabinete, Rodrigo Massi, está de volta ao mesmo cargo. Ele foi afastado em novembro junto com outros dois assessores.

REVIRAVOLTA 2 No último dia 15, apenas seis dias após a saída de Marta da pasta, Massi foi nomeado novamente para a função. A secretaria vem sendo conduzida interinamente pela embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo até a chegada de Aldo Rebelo, em fevereiro.

CHUCHU DA DISCÓRDIA Um vídeo do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) parabenizando a nova diretoria do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, gerou reação da gestão anterior, ligada ao PSOL. A fala foi exibida na quinta (19), na posse de uma chapa alinhada ao governo Lula. Alckmin desejou "sucesso" aos novos responsáveis pelo órgão.

PRÓ-MEMÓRIA A fala gerou reação da chapa psolista, que divulgou vídeo-resposta em que chama Alckmin de "inimigo dos estudantes" e relembra eventos de sua gestão como governador de SP. Entre eles, acusações de desvios de merenda e a desocupação violenta de um terreno em São José dos Campos, em 2012. Entrevistas antigas do pré-candidato a prefeito Guilherme Boulos contra o atual vice são resgatadas.

JUSTIFICATIVA O ex-deputado federal José Genoino negou ser antissemita e afirmou ter obrigação de denunciar o "genocídio do governo de Israel contra o povo palestino." Ele reagiu a nota da Conib, principal entidade judaica do país, que o acusou de preconceito após ter defendido em um canal no YouTube boicote a empresas vinculadas a Israel.

PREÇO A fala de Genoino motivou o deputado federal Kim Kataguiri (União-SP) a acionar o Ministério Público de SP. Pré-candidato a prefeito, ele pede uma ação de responsabilidade por danos morais coletivos causados à comunidade judaica no país. Na representação, diz que a atuação é "fundamental para coibir e punir discursos de ódio que incitam a população a atos de desordem e violência."

CALHAMBEQUE A Procuradoria da República no Paraná instaurou procedimento administrativo para apurar suposta utilização de veículo com símbolo nazista no desfile de 7 de Setembro do ano passado em Curitiba pelo Comando da 5ª Região do Exército. A decisão cita o site O Gazeteiro, que noticiou o fato e mostrou foto de "um veículo nazista, usado na Segunda Guerra". O procedimento pede a identificação do condutor. Procurado pelo Painel, o Exército não se manifestou.

VISITA À FOLHA O deputado federal Aliel Machado (PV-PR) esteve no jornal nesta segunda-feira (22).

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
796.948 exemplares (dezembro de 2023)

O presidente Lula (PT) discursa durante sessão solene do Congresso Ricardo Stuckert - 2E dez.23/Divulgação Presidência

Lula veta R$ 5,6 bilhões em emendas no Orçamento e sanciona fundão recorde

Congresso já articula derrubada de medida que barra verbas com indicação de parlamentares, em novo atrito com governo

Marianna Holanda e Thiago Resende

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) sancionou, nesta segunda (22), o Orçamento de 2024 com veto de R$ 5,6 bilhões às emendas parlamentares.

A lei assinada pelo chefe do Executivo traz ainda sanção aos R$ 4,9 bilhões para fundo eleitoral, um recorde para eleições municipais.

Após o evento de sanção no Palácio do Planalto, que foi fechado, parlamentares e integrantes do Executivo confirmaram o veto. A medida seria publicada com detalhamento no Diário Oficial da União desta terça-feira (23).

Deputados e senadores, que darão a palavra final sobre a lei, já admitem a possibilidade da derrubada do veto.

Em ano eleitoral, o Congresso Nacional chegou a aprovar um valor recorde de R$ 53 bilhões para emendas. Mesmo com a decisão de Lula, o saldo será cerca de R$ 47,5 bilhões, o que ainda representará um patamar sem precedentes para atender a parlamentares.

O Palácio do Planalto traçou uma estratégia para tentar evitar uma derrota no veto que trata das emendas —recursos que deputados e senadores enviam para obras e projetos em seus redutos eleitorais e, com isso, colhem capital político. A ideia é apresentar ao Congresso um plano para recompor os R$ 5,6 bilhões. Caso contrário, parlamentares dão como certa a derrubada do veto.

O valor barrado corresponde a cerca de 10% do total aprovado pelos parlamentares em emendas.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), admitiu o risco de derrubada do veto. "Vamos negociar ao máximo para não serem derrubados", afirmou.

Nesta segunda, Lula e ministros se reuniram com parlamentares ligados ao debate do Orçamento no Congresso. No encontro, disseram que há a intenção de, ao longo do ano, esse dinheiro ser recolocado na cota que os deputados e senadores têm no Orçamento.

Integrantes da articulação política alegam que já havia acordo para o veto às emendas parlamentares. No entanto, até líderes governistas dizem que, se o governo não devolver os R$ 5,6 bilhões, o clima vai se deteriorar e o veto será derrubado.

O relator do Orçamento de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP), esteve no Palácio do Planalto para a sanção da medida e, na saída, também falou nessa possibilidade.

"Isso que vamos tentar construir até a próxima sessão do Congresso. Logicamente, se não achar solução, o objetivo dos parlamentares é derrubar o veto", disse a jornalistas.

O veto decidido nesta segunda se soma a outros atritos que a gestão do petista teve com o Congresso nos últimos meses, como quando contrariou os parlamentares ao tentar reonerar a folha de pagamento ou ao vetar lei aprovada sobre o marco temporal das terras indígenas.

Lula foi eleito em 2022 com minoria no Legislativo e teve um primeiro ano de mandato marcado por dificuldades na articulação política com o centrão. Em setembro, nomeou dois ministros indicados pelo centrão, na tentativa de melhorar a relação com os parlamentares, mas a iniciativa teve reduzidos efeitos.

As emendas dão mais poder às cúpulas da Câmara e do Senado, que usam esses recursos para conquistar mais influência entre os parlamentares. No primeiro ano do atual governo Lula, foram reservados R$ 46,5 bilhões para atender aos parlamentares, o que já era um patamar inédito.

No fim do ano passado, aliados de Lula pediram para que o projeto do Orçamento tivesse um montante menor de emendas. O pedido não foi bem recebido no Congresso. Mesmo membros de partidos com cargos no governo, como União Brasil, PP e PDT, rejeitaram a ideia de cortar a previsão para emendas parlamentares em ano eleitoral.

O Palácio do Planalto diz que foi forçado a fazer o corte porque a inflação de 2023 ficou abaixo do previsto e, portanto, houve queda na previsão de arrecadação em 2024. Para compensar, teve de cortar no Orçamento.

Lideranças governistas afirmam que o corte poupou áreas importantes, como saúde e educação, como disse o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) em vídeo, após o evento. "A decisão do corte resolveu primeiro poupar integralmente saúde, educação, poupar investimentos no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], em segurança pública", disse.

> **Isso [devolver os R$ 5,6 bilhões para os parlamentares] que vamos tentar construir até a próxima sessão do Congresso. Logicamente, se não achar solução, o objetivo dos parlamentares é derrubar o veto**
>
> **Luiz Carlos Motta (PL-SP)**
> deputado federal e relator do Orçamento

Existem três tipos de emendas: as individuais (que todo deputado e senador têm direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região), as de comissão (definida por integrantes dos colegiados do Congresso).

O veto de Lula deve ser nas emendas de comissão. Líderes do Congresso admitem que as emendas de comissão vão funcionar como as extintas emendas de relator, que eram a principal moeda de troca nas negociações do governo Bolsonaro e do Legislativo. O mecanismo das emendas de relator, porém, foi derrubado pelo Supremo Tribunal Federal no fim de 2022.

O valor sancionado do fundo eleitoral, de R$ 5 bilhões, representa praticamente o dobro do distribuído aos partidos em 2020, última disputa para os cargos de prefeito e vereador.

A quantia que havia sido aprovado Congresso Nacional é um recorde para os pleitos municipais. O aumento dos recursos para financiamento da campanha deste ano teve partidos de diferentes espectros políticos, como PT e PL, além das siglas do centrão.

O fundão da última eleição municipal, em 2020, ficou estabelecido em R$ 2 bilhões (quantia que, com correção da inflação, seria agora de aproximadamente R$ 2,5 bilhões).

"O fundo eleitoral está sancionado. Ficava um pouco impróprio ao presidente vetar, porque o governo mandou a proposta de fundo, R$ 900 milhões. O Congresso retificou essa proposta e colocou nos termos de R$ 5 bilhões. Eu, particularmente, era favorável a mediação proposta pelo presidente [Rodrigo] Pacheco, que dava algo em torno de R$ 3 bilhões. Mas, enfim, não foi possível", disse o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Até 2015, as grandes empresas, como bancos e empreiteiras, eram as principais responsáveis pelo financiamento dos candidatos. Naquele ano, o STF (Supremo Tribunal Federal) proibiu a doação empresarial sob o argumento de que o poder econômico desequilibrava o jogo democrático.

A partir das eleições de 2018, foi então criado o fundo eleitoral, que usa dinheiro público para bancar as atividades de campanha dos candidatos.